

volume

29/1

jan/2024

ICH - UFPel



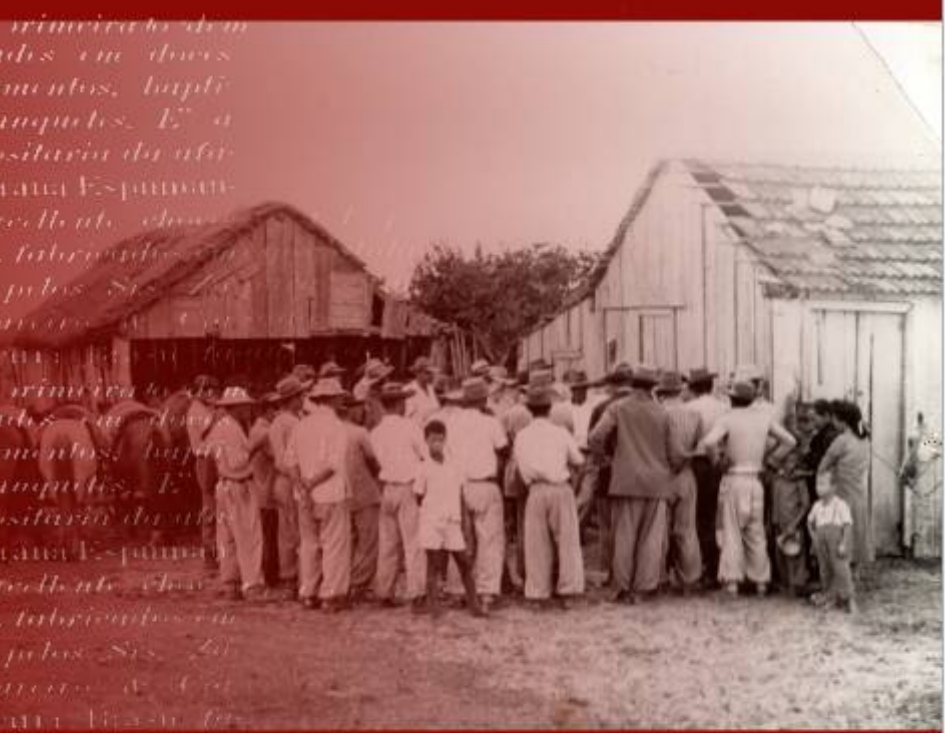
História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Quilombos: Territorialidades, Festejos e Gênero

*As Leis primeiras d'alem #xkckle q' primeira to dem
especialidades em doces specialidades em doces
para casamentos, baptipara casamentos, bapti
sados e banquetes. E' usados e banquetes. E' a
unica depositaria da ulatunica depositaria da ulat
nada Guarana Espumamada Guarana Espumam
te e do eccellente chovero e do excelente chov
bit Laeta, fabricados culab Laeta, fabricados em
S. Paulo pelos Srs. Zos. Paulo pelos Srs. Zol
nalla Loureiro & Companhia Loureiro & Cia
J. Conditaria Brasileira J. Conditaria Brasileira*

*As Leis primeiras d'alem #xkckle q' primeira to dem
especialidades em doces specialidades em doces
para casamentos, baptipara casamentos, bapti
sados e banquetes. E' usados e banquetes. E' a
unica depositaria da ulatunica depositaria da ulat
nada Guarana Espumamada Guarana Espumam
te e do excelente chovero e do excelente chov
bit Laeta, fabricados culab Laeta, fabricados em
S. Paulo pelos Srs. Zos. Paulo pelos Srs. Zol
nalla Loureiro & Companhia Loureiro & Cia
J. Conditaria Brasileira J. Conditaria Brasileira*



Hist. Rev. Pelotas Número 29/1 p.1-284 jan. 2024

ISSN 2596-2876





**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitora

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora

Ursula Rosa da Silva

Chefe do Gabinete da Reitoria

Aline Ribeiro Paliga

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Rosane Maria dos Santos Brandão

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Taís Ulrich Fonseca

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira

Representantes das Ciências Agrárias: Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Eder João Lenardão (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e Anelise Levay Murari

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto

Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação
Histórica – Prof^a. Beatriz Loner

Comissão Editorial:

Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Prof^a. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
Prof^a. Dra. Márcia Janete Espig
Prof. Dr. Jornas Vargas
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:

Prof^a. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,
Universidad de los Andes, Santiago, Chile
Prof^a. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)
Prof^a. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)
Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)
Prof^a. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)
Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de
Uberlândia)
Prof^a. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof^a. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)
Prof^a. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa
Prof^a. Dra. Karina Ines Ramacciotti,
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)
Prof^a. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)
Prof^a. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de Coimbra)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof^a. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de
Évora)
Prof^a. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do
Minho)
Prof^a. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de
La Pampa – AR)
Prof^a. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto
Hurtado – Chile)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)
Prof^a. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)
Prof^a. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)
Prof^a. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Claudia Daiane Garcia Molet (UFPEL) |
Natália Garcia Pinto (UFPEL)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Quadro fotográfico composto por meninos,
algumas mulheres, homens negros. Veem-se cavalos, casa de
madeira com telhas francesas e galpão de mesmo material. Lê-
se no verso: “Reforma Agrária. Negros Teixeira”. Campo dos
Teixeiras. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Arquivo
Particular Campo dos Teixeiras. FCT11

Pareceristas ad hoc: Álvaro Barreto | André Fagundes | André
Lopes | Benedita Celeste Pinto | Bruno Martins | Caroline
Braga Maciel | Cassiane Paixão | Cesar da Costa | Daniela
Carvalho | Deise Cristina Schell | Iamara Viana | Jonas
Vargas | Josimeire Alves | Lidiane Friderichs | Lua Gill da
Cruz | Lucimar Felisberto dos Santos | Maciel Carneiro |
Manuel Alves de Sousa Júnior | Márcio Sônego | Mariane
Balén | Paulo Cadena | Paulo Moreira | Paulo Roberto
Rodrigues Soares | Paulo Sérgio Silva | Petrônio Domingues
| Raquel Dias | Rosane Rubert | Sidney Daniel | Sidney
Gonçalves Vieira | Ynaê Lopes dos Santos

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |
Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2024/1

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer
Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso
| International Standard Serial Number | Worldcat |
Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770
Fone: (53) 3284 3208 - <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>
e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê: Quilombos: Territorialidades, festejos e gênero) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.29, n.1, jan. 2024. – Pelotas: UFPel/NDH, 2024 – 284 p. ; 7,01 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Quilombos 3. Gênero

CDD: 907

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)(s) autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO PRESENTATION <i>Claudia Daiane Garcia Molet Natália Garcia Pinto</i>	08
HISTÓRIA EM REVISTA: UM BREVE HISTÓRICO E ALGUNS NÚMEROS HISTORY IN REVIEW: A BRIEF HISTORY AND SOME NUMBERS <i>Lorena Almeida Gill Paulo Koschier</i>	12
“SOU FRUTO LONGÍNQUO DA RAIZ LUIZA”: FAMÍLIA E TERRITORIALIDADES NEGRAS A PARTIR DO QUILOMBO RINCÃO DOS FERNANDES “I AM FAR DESCENDING OF ROOT LUIZA”: FAMILY AND BLACK TERRITORIALITIES FROM THE QUILOMBO RINCÃO DOS FERNANDES <i>Vanessa Flores dos Santos Franciele Rocha de Oliveira</i>	17
QUILOMBOS RINCÃO DOS CAIXÕES E LINHA FÃO: O ESTAR NO MUNDO DE UM TERRITÓRIO NEGRO NO PLANALTO DO RIO GRANDE DO SUL (DO SÉCULO XIX AO TEMPO PRESENTE). QUILOMBOS RINCÃO DOS CAIXÕES AND LINHA FÃO: BEING IN THE WORLD OF A BLACK TERRITORY ON THE RIO GRANDE DO SUL PLATEAU (FROM THE 19 TH CENTURY TO THE PRESENT TIME) <i>Maria do Carmo Moreira Aguiar</i>	36
CONTANDO TEMPOS E ARRANJANDO ESPAÇOS: ALGUMAS PROPOSTAS DE PERIODIZAÇÃO DOS MOCAMBOS E QUILOMBOS, SÉCS. XVIII-XXI COUNTING TIMES AND ARRANGING SPACES: SOME PROPOSALS FOR THE PERIODIZATION OF MOCAMBOS AND QUILOMBOS, 19 TH CENTURY. XVIII-XXI <i>Claudia Daiane Garcia Molet Flávio Gomes</i>	59
QUILOMBOS: ORGANIZAÇÕES SOCIAIS INTERÉTNICAS QUILOMBOS: INTERETHNIC SOCIAL ORGANIZATIONS <i>Jamille Pereira Pimentel dos Santos</i>	77

- “GUARDEI PRA LEMBRANÇA”: MEMÓRIAS DO RITUAL DO ENSAIO DE PAGAMENTO DE PROMESSA DE QUICUMBI DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (TAVARES/RS)**
 “I KEPT IT AS A MEMORY”: MEMORIES OF THE ENSAIO DE PAGAMENTO DE PROMESSA RITUAL OF QUICUMBI FROM THE BROTHERHOOD OF NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (TAVARES/RS)
Luciene Mourige Barbosa **92**
- TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE SOCIOETNOCULTURAL DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E DAS FESTAS, FOLIAS E REZAS**
 QUILOMBOLA TERRITORY AND TERRITORIALITY: A SOCIO-ETHNOCULTURAL ANALYSIS OF FOOD PRODUCTION AND PARTIES, REVELRY AND PRYERS
 TERRITORIO Y TERRITORIALIDAD QUILOMBOLA: UM ANÁLISIS SOCIOETNOCULTURAL DE LA PRODUCCIÓN DE ALIMENTOS Y FIESTAS, JOLGORIO Y ORACIONES
Hélio Rodrigues dos Santos | Ana Tereza Ramos de Jesus Ferreira | Geraldo Eustáquio Moreira **114**
- FESTA E POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO PRATIGI (BA)**
 PARTY AND POLITICS: AN ANALYSIS OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF PRATIGI (BA)
Fábio Júnior da Luz Barros **138**
- TRAJETÓRIA DE VIDA E IDENTIDADE PARA DUAS MULHERES NEGRAS, MÃE E FILHA DO QUILOMBO MANOEL DO REGO, CANGUÇU/RS**
 TRAJETÓRIA IN LIFE AND IDENTITY FOR TWO WOMEN BLACK MOTHER AND DAUGHTER OF QUILOMBO MANOEL OF TRENCH CANGUÇU/RS
Nara Beatriz Matias Soares | Marcus Vinicius Spolle **158**
- RESISTÊNCIA E IDENTIDADE: ANÁLISE DE COMO A ESCOLA ATUA NO PROCESSO IDENTITÁRIO QUILOMBOLA EM HELVÉCIA**
 RESISTANCE AND IDENTITY: ANALYSIS OF HOW THE SCHOOL WORKS IN THE QUILOMBOLA IDENTITY PROCESS IN HELVÉCIA
Julia Silva da Ressurreição | Magno Santos Batista **177**

**O FÓRUM DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO LITORAL MÉDIO COMO
INSTRUMENTO DE CONQUISTA DE DIREITOS!**

THE FORUM OF QUILOMBOLA COMMUNITIES OF THE MIDDLE COAST AS AN
INSTRUMENT FOR GAINING RIGHTS!

Jorge Amaro de Souza Borges **188**

ARTIGOS LIVRES

**ABORDAGENS HISTÓRICAS SOBRE O LITORAL DO PIAUÍ, NICOLAU DE
REZENDE, RIO PARNAÍBA E A CARTOGRAFIA NACIONAL**

HISTORICAL APPROACHES TO THE COAST OF PIAUÍ, NICOLAU DE REZENDE,
PARNAÍBA RIVER AND NATIONAL CARTOGRAPHY

Maria Natielly Soares Campos | Johny Santana de Araújo **212**

**A ATUAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) NAS DIFERENTES
CONJUNTURAS POLÍTICAS ATÉ O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

THE PERFORMANCE OF THE BRAZILIAN COMMUNIST PARTY IN DIFFERENT
POLITICAL SITUATIONS UNTIL THE CIVIC-MILITARY DICTATORSHIP OF 1964

Renato da Silva Della Vechia | Alana Huttner Wolter | Igor Venzke Pinheiro **229**

**DISCUTINDO A DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM AULAS DE HISTÓRIA:
SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS COM O USO DO VÍDEO**

DISCUSSING THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP IN HISTORY CLASSES:
DIDACTIC SEQUENCES USIN VIDEO

Cláudio Alves Pereira | Daniel Aparecido Ferreira **248**

**OS COLÉGIOS NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL
NO SÉCULO XIX**

THE SCHOOLS IN THE PROVINCE OF SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL
IN THE 19TH CENTURY

Eduardo Arriada | Chéli Nunes Meira **265**

OS COLÉGIOS NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XIX

THE SCHOOLS IN THE PROVINCE OF SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL
IN THE 19TH CENTURY

*Eduardo Arriada*¹
*Chéli Nunes Meira*²

RESUMO: A história dos Colégios abrange um largo período do processo educacional no ocidente. Tendo início na Alta Idade Média, suas marcas e reflexos se fizeram presente até a contemporaneidade. Deste modo, o presente texto procura apresentar os colégios e aulas avulsas que estiveram em funcionamento na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, particularmente em Porto Alegre, no século XIX. Alicerçado nas ideias de Durkheim (1995), Petitat (1994), Foucault (1984), Ariès (1988), e exemplificado nas diversas memórias da época, nos programas dos colégios, nos debates legislativos, nos pronunciamentos das autoridades públicas. Referente a metodologia utilizou-se a análise documental apoiada em Cellard (2010). Os colégios buscavam formar uma elite condutora, ou seja, possibilitar uma formação adequada a estrutura social do país. Nessas instituições, havia uma centralidade voltada para o domínio das boas letras, da arte, da retórica e da oratória.

Palavras-chaves: Colégios, ensino secundário, Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: The history of the schools covers a long period of the educational process in the West. Beginning in the High Middle Ages, its marks and reflections were present until the contemporaneity. Thus, this text seeks to present the schools and individual classes that were in operation in the Province of São Pedro do Rio Grande do Sul, particularly in Porto Alegre, in the 19th century. Based on the ideas of Durkheim (1995), Petitat (1994), Foucault (1984), Ariès (1988), and exemplified in the various memories of the time, in the programs of the schools, in the legislative debates, in the pronouncements of the public authorities. Regarding the methodology, the documentary analysis supported by Cellard (2010) was used. The schools sought to form a leading elite, that is, to enable a formation appropriate to the social structure of the country. In these institutions, there was a centrality focused on the mastery of good letters, art, rhetoric and oratory.

Keywords: Schools, secondary education, Province of São Pedro do Rio Grande do Sul.

Introdução

Este artigo busca apresentar os colégios e as aulas avulsas que funcionaram na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. A formação e constituição dos colégios remete a Idade Média, que, ao longo dos anos, veio se estruturando até o modelo atual.

As aulas avulsas e seus professores foram em número razoável na Província, destacando-se particularmente Porto Alegre e, em menor importância, as cidades de Pelotas e de Rio Grande. As referências sobre o funcionamento de muitos desses colégios são

¹ Doutor em Educação. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Pelotas. E-mail: earriada@hotmail.com.

² Doutoranda em Educação. Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Pelotas. E-mail: chelimeira@gmail.com.

poucas. Deste modo, as fontes impressas são uma ferramenta importante nesta pesquisa. Para tanto, foram analisados o jornal *A Imprensa* e os relatórios da Instrução Pública, da Presidência da Província, da Assembleia Provincial e da Diretoria do Lyceo D. Afonso. E, ainda, livros com registros memorialísticos e a documentação pessoal do professor Apelles Porto Alegre.

De posse do montante das fontes foi realizada a análise documental, com o objetivo de buscar as instituições educacionais em funcionamento na cidade de Porto Alegre no século XIX. Segundo Cellard (2010), o documento escrito é uma fonte valiosa que o historiador pode aproveitar, seja no passado remoto ou no mais recente, e em muitos casos é a única ferramenta a ser utilizada.

Na época, era bastante comum os Colégios particulares utilizarem reclames nos principais jornais da Província com o intuito de cooptar os alunos. Uma das questões normalmente presente era arrolar os predicados dos professores, sua origem e sua formação. Informavam os níveis de ensino; que tipos de alunos eram aceitos; se no estabelecimento existia ensino apenas masculino ou, ainda, feminino; etc.

Este artigo foi dividido em duas seções. Na primeira, pretende-se refletir sobre a formação e as transformações dos colégios desde a Idade Média, assim como estender estes regramentos enfrentados ao longo do tempo. Na segunda seção, efetivamente vai-se tratar sobre os colégios e as aulas avulsas que funcionaram na cidade de Porto Alegre.

Refletindo sobre a formação dos colégios

Instituição criada no período medieval, os estabelecimentos de ensino médio percorreram uma longa história na civilização ocidental. Consolidam-se particularmente após as grandes reformas napoleônicas (1802), com tipificações próprias, - os Lycées, de caráter público e os Collèges, de caráter privado.

Embora com certas mudanças e particularidades específicas de países para países, essa herança das reformas estabelecidas no governo de Napoleão Bonaparte foi sendo retocada, alterada e, até mesmo, transformada, seja nos seus prédios, nos profissionais da educação, em sua administração, nos conteúdos e nas características de seus alunos. Sua história pode ser analisada como um contínuo até os anos finais do século XIX, e, em seguida, “como uma sucessão de reinvenções, parciais ou totais; entre 1880/1902, substituição do modelo napoleônico pelo ensino médio moderno; entre 1925/1945; a partir de 1960, no ritmo da massificação” (LUC, 2011, p. 313).

De acordo com Chervel (1992, p. 99), em 1815, aproximadamente, emprega-se o termo “secundário” no sentido moderno de designar todos os estabelecimentos, sejam liceus e/ou colégios. Em nova caracterização, bem dimensionada por Françoise Mayeur (1981), inicialmente ancorada no sistema educacional francês, ocupa um “lugar capital”, posteriormente em quase todos os sistemas educacionais do mundo ocidental. Nos anos 40 do século XIX, já havia um entendimento claro sobre os três níveis de ensino.

O nascimento dos primeiros Colégios implica o fim de um modelo de vida estudantil desregrada, livre, democrática e, muitas vezes, inconsequente. Agora, regras, normas, imposições, cerceamento, punições passam a fazer parte do cotidiano. Como expressa Durkheim (1995, p. 108): “a idéia de colégio traz à mente hoje a idéia de uma organização antes autoritária, onde os assuntos comuns são tratados fora dos alunos por funcionários especiais que tem a exclusividade do cargo e da responsabilidade”.

Para Petitat (1994, p. 77): “importantes transformações no ensino acompanham este movimento de concentração, referentes ao controle exercido sobre os estudantes, às matérias ensinadas e à criação de graus e classes”. Além da burocratização do ensino, outra questão que chama atenção dos pesquisadores da História da Educação (ARIÈS, 1988; PETITAT, 1994; DURKHEIM, 1995) é a longevidade dessa nova instituição e a sua enorme multiplicação.

Um dos primeiros autores a apontar e demonstrar essa ideia da brutal transformação por que passam os Colégios, saindo de uma enorme, variada e flexível liberdade, no século XIII, para um processo poderoso de controle, disciplina e ordenamento, ao final do Antigo Regime, foi Ariès (1988). Essa modificação dá-se a partir do século XIV, quando esse pequeno universo de alunos e mestres transforma-se em instituições de ensino com diversas regras. Um segundo aspecto a salientar é que a “fixação definitiva de uma regra de disciplina completa a evolução que leva da escola medieval, simples sala de aula, ao colégio moderno, instituição complexa, não só de ensino, mas de vigilância e enquadramento da juventude” (ARIÈS, 1988, p. 197).

Novas formas de relações são agora estabelecidas. Em lugar da antiga amizade, de certo paternalismo, dos laços de solidariedade e do respeito à figura do mestre, o que temos agora: um corpo docente totalmente separado dos alunos, a ampliação do número destes, um autoritarismo e a introdução de uma graduação sistemática nos estudos marca definitivamente a ruptura com o antigo modelo de escola. A racionalização, o controle, a disciplina e a normatização das condutas daqui para frente estarão presentes.

Ao findar o século XV, há o estabelecimento dos estatutos e regulamentos cada vez mais minuciosos, detalhistas e limitadores da liberdade estudantil. Exemplo típico dessa época é a “Ratio Studiorum”,³ modelo clássico que traduz o espírito metódico e normatizador que animou, durante muitos anos, a Companhia de Jesus.

Em relação ao papel desempenhado pelos regulamentos, Foucault (1984, p. 129) percebia que “o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado”. Cada vez mais o corpo é tolhido por uma gama de obrigações, desde

³ A Ratio Studiorum organizou o ensino em classes, programas e instituiu rigorosa disciplina nos colégios, fundada no afeto e compreensão, mais do que em castigos físicos. Havia seis anos de studia inferiora, dividido em seis cursos (três de gramática, um de humanidades, um de poesia, um de retórica); mais três de studia superiora de filosofia. (MANACORDA, 1997, p. 219). Sobre o tema, consulte-se: FRANCA (1952). Em relação às articulações do “modus italicus e parisiense” na pedagogia dos jesuítas, veja-se: DURKHEIM (1995).

horários rígidos, forma de postura, maneiras de escrever, “não se trata de cuidar do corpo, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica” (FOUCAULT, 1984, p. 126). Essas novas instituições ordenadoras (colégios, albergues, prisões, seminários, hospitais, etc.), destinadas a instrução e/ou cerceamento, que emergem a partir do século XVI, “têm em comum esta funcionalidade ordenadora, regulamentadora e, sobretudo transformadora do espaço fechado conventual” (VARELA; ALVAREZ-URÍA, 1992, p. 76).

Forma-se então uma política das coerções, que é um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 1984, p. 127).

Desta forma, entende-se que o que se encontra como colégio no século XIX é uma construção ao longo do tempo com diversas nuances, deixando os formatos individuais e displicentes de ensino para a criação de um ambiente de regras e controle do ensino e do comportamento. Compreender essas práticas e modificações no âmbito do território brasileiro, mais precisamente na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no século XIX, é um desafio, devido à dificuldade de acesso a determinadas fontes. Entretanto, a seguir, o que se buscou foi perceber que a criação do Colégio de Pedro II e as legislações educacionais criadas ao longo dos anos, foram moldando um determinado modelo de colégio.

Os colégios na Província de São Pedro

O Colégio de Pedro II, fundado em 1837, no Rio de Janeiro, que deveria servir de modelo nacional, acabou pelas precariedades das Províncias, influenciando pouco. As razões do modelo do Colégio de Pedro II estavam fundamentadas nas práticas vigentes dos exames preparatórios. Entretanto, essa situação acabou reforçando o que perdurou durante muitos anos no país: cursos de aulas avulsas com finalidade de aprovação nos exames preparatórios. Seguindo “o modelo do Colégio de Pedro II, com menos matérias e menos sistema e espírito de seriação, criaram as principais províncias liceus de ensino secundário” (VERÍSSIMO, 1900, p. 16).

Os exames preparatórios passaram a ser aplicados também nas províncias a partir de 1874, porque, até então, as provas somente eram realizadas onde havia as escolas superiores: Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco. Entretanto, “esta medida contribuiu para enfraquecer os estudos secundários [...]” (VERÍSSIMO, 1900, p. 17). Ainda conforme o mesmo autor, este fato não se deu pelo despreparo ou incompetência dos professores das Províncias, mas por reforçar um sistema de estudo apenas para obter a

aprovação nos exames.

As escolas particulares, de caráter confessional ou não, desde o período colonial, sempre tiveram total liberdade de ensino. Somente com a Reforma Couto Ferraz (1854), pode-se falar em uma tentativa de melhor controlar ou fiscalizar a iniciativa particular. O regulamento de 1854, no título IV, regulava a competência desse ramo do ensino, estabelecendo, em seu art. 99: “ninguém poderá abrir escola ou qualquer estabelecimento de instrução primária e secundária sem prévia autorização do inspetor geral”. (TAMBARA & ARRIADA, 2005, p. 62).

Em 1879, com a Reforma Leôncio de Carvalho, temos o processo de “equiparação” dos colégios particulares aos públicos. Estabelecia concomitantemente uma ampla liberdade de abrirem-se escolas, ou seja, claramente estava subentendido que a liberdade de ensino implicava também a liberdade de criarem-se escolas.

Em diversos relatórios dos Presidentes de Província nota-se perfeitamente a preocupação, assim como a dos inspetores de ensino, com a supremacia e domínio incontestável dos colégios particulares. Em seu Relatório apresentado à Assembleia Provincial, Joaquim Antão Fernandes Leão (1859, p. 25-26) mostra-se perplexo com essa disparidade: “freqüentam as aulas do Liceu⁴ 28 alunos. Surpreende que n’uma capital tão importante como esta pela sua população e desenvolvimento, a instrução secundária ofereça o insignificante algarismo de 28 alunos”.

Por outro lado, aponta: “as aulas particulares de instrução secundária são em número de 50, pertencendo 44 ao sexo masculino, e 06 ao feminino. O número dos alunos que as frequentam, de um e outro sexo, é de 252”. Isso leva o Inspetor Geral, Dr. Luiz da Silva Flores, a exclamar: “estamos inundados de colégios particulares” (RELATÓRIO DA INSPETORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1859, p. 4, anexo ao RPP).

O Relatório do Presidente da Província, Francisco de Assis Pereira Rocha, do ano de 1862, é extremamente esclarecedor em relação à situação educacional da Província. Em anexo, apresenta um quadro dos Colégios (onde funciona, nome dos diretores, número de alunos, e o gênero), etc. No quadro a seguir, os Colégios masculinos e femininos localizados na cidade de Porto Alegre, que ministravam tanto aulas para o primário como para o secundário.

⁴ Liceu D. Afonso, estabelecimento de ensino médio localizado em Porto Alegre. Apesar de oficialmente criado em 1846, seu funcionamento somente ocorre em 1851, sendo fechado em 1870.

Quadro 1: Descrição dos Colégios localizados na cidade de Porto Alegre no ano de 1862 e seu número de alunos.

Colégios Masculinos	Número de alunos	Colégios Femininos	Número de alunas
Sebastião Coitinho Sant'Ana	96	Rita Cândida de Menezes Souto Maior	43
Fernando Ferreira Gomes	153	Emília Gonçalves de Mesquita Ferrugem	58
Eudoro Berlinck	81	Laurinda Leopoldina de Figueiredo Lobo	83
Carlos Hoefter	77	Joaquina da Natividade Cotta	24
		Maria Dionísia de Souza	13

Fonte: Quadro elaborado pelos autores.

Três anos depois (1865), no Relatório da Inspeção Geral da Instrução Pública, houve a identificação dos principais colégios particulares. O quadro a seguir apresenta um panorama dos colégios particulares existentes na cidade de Porto Alegre e em outras cidades do interior da Província, identificando o número de alunos matriculados.

Quadro 2: Descrição dos Colégios particulares localizados na Província de São Pedro e seu número de alunos.

Cidades	Colégios	Número de alunos
Porto Alegre	Fernando Ferreira Gomes	170
	José Nápoles Massa	57
	Carlos Hoefter	15
	José das Dores Siqueira Rovisco	46
	Modesto Carvalho da Silva Rosa	70
Rio Grande	José Vicente Thibaut	130
	Eduardo Grauert	130
Pelotas	Antônio José Rodrigues Pereira	129
	José de Seixas	101
	Antônio de Vasconcelos Vieira Diniz	101
São Gabriel	José Gonçalves Lopes Ferrugem	39
	Sérgio da Silva Maia Laffete	55
Bagé	José Xavier da Costa	-
Caçapava	Agotinho José da Costa Figueiredo	45

Fonte: Relatório da Inspeção Geral da Instrução Pública, 1866. Quadro elaborado pelos autores.

Comparando os quadros 1 e 2, nota-se um aumento nos alunos do Colégio Gomes que se destaca como um dos principais colégios, no tempo em que esteve em funcionamento, da capital. E, ainda, no quadro 2, aparecem as escolas do interior da província, destacando-se, com um número significativo de alunos, as cidades de Rio Grande e de Pelotas.

A superioridade do ensino secundário particular sobre o público vinha sendo discutida de longa data. Em 1858, acalorados debates eram protagonizados na Assembleia Legislativa. Emblemáticas foram as discussões travadas na sessão de 10 de novembro de 1858, quando o Deputado Cândido Gomes proferiu acirrado embate com o Deputado Teixeira de Almeida:

O Sr. Cândido Gomes. A segunda idéia que me levou a propor a medida foi o aproveitamento da nossa instrução secundária. Sabe a Assembléia, sabe a Província toda, que nenhum serviço dá resultado menos profícuo, menos fecundo do que a instrução secundária. Temos nesta capital um liceu que faz anualmente uma despesa de 14 a 15 contos de réis, e creio que apenas tem 20 a 22 alunos; temos em outras localidades da Província aulas secundárias em que se matricula um ou dois alunos [...] e temos mesmo aulas secundárias que estão fechadas por não contarem um único aluno. Há portanto neste grau de instrução algum grande vício que a torna tão desprezada da população, e o vício na minha opinião é este; é a impossibilidade de se aproveitarem os estudos preparatórios que se dão nestas aulas [...].

Eis aqui, pois, Srs., a minha idéia: a instrução secundária não é aproveitada, porque os estudos que se facilitam nela não têm por assim dizer, uma continuação. Tornam-se um adorno, não se tornam uma utilidade (SESSÃO: 10.11.1858. In: PICCOLO, 1998, p. 340-341).

Ao responder às proposições levantadas por Cândido Gomes, Teixeira de Almeida aponta outras questões relevantes quanto ao fraco desempenho da instrução secundária pública, a disputa movida pelos Colégios particulares: “Se aqui, como diz o nobre Deputado, essas aulas não são muito freqüentadas, é talvez porque existem colégios particulares, onde a instrução é ministrada com mais proveito do que nas aulas públicas” (SESSÃO: 10.11.1858. In: PICCOLO, 1998, p. 342).

Os diversos colégios particulares adotavam uma política extremamente agressiva na busca de cooptar alunos. Além disso, eram práticos nos seus objetivos, isto é, visavam um ensino que propiciasse aos estudantes serem aprovados nos exames preparatórios, nada mais, nada menos do que isso. Sem floreios, sem perda de tempo e desperdício de um vasto e amplo rol de disciplinas ofertadas pelo Liceu. Além do mais, muitos dos Colégios tinham o internato, o que facilitava a vida de muitos pais. Nessa busca pelos alunos, os reclames e esclarecimentos na imprensa eram utilizados a exaustão.

Para encontrar os vestígios deixados por estes educandários, as fontes jornalísticas são essenciais, pois nelas que as instituições publicavam os anúncios, com

valores, disciplinas oferecidas, a descrição dos professores e demais interesses para atrair mais alunos.

Desses, salienta-se o Colégio Gomes, não apenas pelo número elevado de alunos, como por ser o estabelecimento preferido da elite sul rio-grandense. “O preparo do mestre”, “sua dedicação inexecutável”, “o método com que dirigia a educação intelectual dos discípulos”, contrastando com a “brutalidade e selvageria” então em voga nas escolas, logo desperta o interesse da elite da capital. Desse modo, em pouco tempo, “a modesta” Aula de Instrução Elementar transforma-se no renomado Colégio Gomes, funcionando até 1878 (MAXIMILIANO, 1897, p. 197). Mesmo após ter fechado o seu educandário, continuou lecionando em outros Colégios.

Fernando Gomes nasceu em Porto Alegre, a 03 de maio de 1830, falecendo a 28 de dezembro de 1894. Estudou os preparatórios no Rio de Janeiro. Atuou, inicialmente, como professor em Vassouras, Rio de Janeiro, entre 1849/52. Em Porto Alegre, fundou e dirigiu o Colégio Gomes no ano de 1853, uma aula de instrução elementar, localizado na rua da Praia, número 534, na cidade de Porto Alegre (ARRIADA, 2011). Contudo, com o falecimento de seu sogro e o andamento do inventário, o Colégio Gomes passou para a rua da Igreja, ao lado da sua residência (RIBEIRO, 2007). Segundo a mesma autora, esta mudança do Colégio ocorreu por volta da década de 60 do século XIX, sem precisar exatamente o ano (RIBEIRO, 2007).

O professor Gomes era daqueles mestres que podia substituir o professor que faltava, sem prejuízo para o ensino, de qualquer disciplina (PORTO ALEGRE, 1917, p. 68). Segundo Maximiliano, o Colégio Gomes foi o primeiro educandário no Rio Grande do Sul a ter um curso completo de preparatórios. “Chegou a contar um número considerável de alunos externos e 95 pensionistas (o que nem antes nem depois dele conseguiu ter nenhum outro estabelecimento de instrução em Porto Alegre)” (MAXIMILIANO, 1897, p. 197). Achylles Porto Alegre nos fornece um panorama do Colégio Gomes:

Por esse tempo (refere-se à década de 1860), [...] estudava-se de verdade, com um ou outro livro. Não se ia para a escola levando debaixo do braço uma prateleira de livreria que custou os olhos da cara dos pais. O estudo era sério, metódico e proveitoso. Naquela época os exames revestiam-se de certa solenidade. Não eram feitos à capucha, sem ruído e sem aparato como agora.

No Colégio Gomes, onde aprendi, o ato dos exames era solene. Lá ia o Bispo D. Sebastião, Monsenhor Pinheiro, o Cônego Francisco, o Arcebispo Dias Lopes, o padre Agnello, que aos sábados, ia ensinar a doutrina cristã, o Dr. Ciro Pedrosa, o Major Diogo Cardoso, o Dr. Augusto Galvão, e o Dr. Laurindo Rabello [...] (PORTO ALEGRE, 1922, p. 70-71).

Para Achylles Porto Alegre (1917, p. 68), que foi seu aluno, Gomes era: “calmo, tolerante e refletido, só excepcionalmente perdia a paciência”. Além do mais, “ninguém o excedia em competência”, era afetuoso, mas também sabia ser enérgico caso fosse necessário.

Diversos foram os discípulos que passaram por suas mãos. Achylles recorda, entre outros: Sérgio de Macedo Costallat, Graciano Alves de Azambuja, Júlio de Castilhos, Ernesto Alves, José Caetano Pinto, Ignácio Jacques, Vasco Pinto Bandeira, Olavo Ottoni Barreto Viana, Carlos Rodrigues Chaves, Gaspar Pinto Fróes de Azevedo, Protásio Alves Alexandrino de Alencar, Antonio Francisco Velho Júnior, Ulisses José da Costa Cabral.

Em uma de suas últimas cartas, de 15 de fevereiro de 1932, Protásio Alves, recordava, com saudade, diversos colegas do Colégio Gomes, mencionando, em ordem alfabética, treze dos estudantes que ainda estavam vivos, todos com mais de setenta anos: Alcides Lima, Antônio Alves (o Sansão, irmão do Ernesto), Ataliba Valle, Emílio Gomes, Eurico de Andrade Neves, João Birnfeld, João Daudt, J.F. de Assis Brasil, Matias José Velho, Olimpio Coelho Leal, Protásio Antonio Alves, Saturnino Paiva e Sílvio Rangel. Júlio de Castilhos, Barros Cassal e Ernesto Alves de Oliveira, que, na ocasião, já tinham falecido, eram da mesma turma (CAMPOS; D'AZEVEDO, 2006, p. 39).

João Daudt Filho (1938) deixou registrado em suas memórias, a lembrança do “saudoso” e “grande educador”:

Sua figura austera e ao mesmo tempo cheia de bondade impunha-se ao respeito e à veneração de seus alunos. Um simples pssiu acompanhado de um gesto imperativo do indicador, era suficiente para estabelecer ordem e silêncio absoluto entre os rapazes. [...]. Além de tudo era profundo conhecedor das disciplinas do seu curso de preparatórios. Na falta ocasional do professor de qualquer matéria, ocupava ele a cadeira e suas lições eram modelares, de clareza e erudição. Seu método de expor com exemplos concretos e em linguagem facilmente acessível, impressionava fortemente os alunos.

Era profundo nas línguas então exigidas no curso de preparatórios - português, latim, inglês e francês, - bem como em matemática, geografia e cosmografia. Geometria no espaço era ensinada por meio de figuras por ele mesmo talhadas em pedaços de sabão. Suas aulas de cosmografia eram dadas à noite, para demonstrações ao vivo apontando as constelações, indicando os nomes e as posições dos corpos celestes (DAUDT FILHO, 1938, p. 74).

No resgate memorialístico, o mesmo autor arrola diversos discípulos do professor Gomes: Assis Brasil, Júlio de Castilhos, os irmãos Homero e Álvaro Batista, Ernesto Alves, Barros Cassal, Protásio Alves, Aureliano Barbosa, Alcides Lima, o Almirante Máximo Gomes Ferraz, Campos Cartier, Dioclecio Pereira da Silva, o distinto engenheiro Dr. Ataliba Valle, o Dr. Carlos Maximiliano.

Tanto para os contemporâneos da época como para as autoridades públicas, o ensino particular era superior ao ensino público. O Colégio Gomes não apenas era o preferido da elite porto-alegrense, como se tornou modelo para os demais. No artigo “O professor Fernando Ferreira Gomes”, Carlos Maximiliano (1897, p. 199) nos fala que o exemplo do professor “frutificou esplendidamente”, a partir dessa época, a iniciativa particular foi muito além da ação oficial. “Em vez dos antigos institutos acanhados e retrógrados, surgiram em Porto Alegre vários Ateneus completos e modernos. Pulularam

escolas muito superiores às do Governo do Rio Grande, que foram sempre descuidadas e politiqueras a respeito da instrução pública” (MAXIMILIANO, 1897, p. 199).

O que foi unanimidade entre os relatos dos alunos do professor Gomes é que, mesmo enérgico, ele possuía uma docilidade no trato, o que ainda era muito raro entre os professores que tinham no trato uma rusticidade e, em muitos casos, levava à agressividade. Estes predicados, não por acaso, também foram encontrados nas descrições dos perfis dos irmãos Porto Alegre, Apolinário, Achylles e Apelles, os três professores, que foram alunos do professor Gomes. Supostamente em um universo de tanto agressividade, estas seriam qualidades buscadas nos mestres, mesmo que não representassem a totalidade de suas atitudes.

O Colégio Rio-Grandense, outro afamado educandário estabelecido na capital da Província em 1870, foi originalmente criado pelos irmãos Apolinário e Apelles Porto Alegre, e o amigo Vasco de Araújo e Silva. De 1875 em diante, a direção desse Colégio ficou a cargo de Apelles Porto Alegre, visto que, no próximo ano, Apolinário Porto Alegre e Hilário Ribeiro fundam o Instituto Brasileiro.

Apelles José Gomes Porto Alegre (1850-1917), “além da direção do Colégio Rio-Grandense, foi professor dos Colégios ‘Instituto Brasileiro’, ‘Souza Lobo’ e ‘Luis Kraemer’. Jornalista, educador, contista. Membro do Partenon Literário publicou diversos artigos [...]” (ARRIADA, 2011, p. 102). Na década de 80, atuou no Colégio União (*A IMPRENSA*, 1881). “Em 1890, [...] Apeles Porto Alegre foi nomeado diretor da Instrução Pública e da Escola Normal” (PÔRTO ALEGRE, 1917, p. 196) e lecionou no Ginásio Júlio de Castilhos (TORELLY; CARVALHO, 1944).

Sobre o Colégio Rio-Grandense, Kraemer Neto (1969, p. 113) afirmou: “rapidamente o novel estabelecimento educacional, grangeando a simpatia e confiança de seus coestaduanos. Prova tal, a frequência, em seu colégio, de filhos de seus próprios adversários políticos”. O Colégio Rio-Grandense localizou-se na Rua Duque de Caxias, 303, em frente à Praça Conde de Porto Alegre e, após a virada do século XX, foi transferido para a Rua Sarmento Leite (FRANCO, 1992).

Em 1880, o corpo docente desse estabelecimento de ensino estava constituído dos seguintes professores: Apolinário Porto Alegre, português, francês, geometria, retórica e poética; Cônego José Gonçalves Viana, latim e filosofia; Frederico Fitzgerald, inglês; Luís Kramer Walter, alemão; José Caetano de Faria, aritmética, álgebra e geometria; Apeles Porto Alegre, história geral e do Brasil (DOCCA, 1954, p. 413-414). E, por sua vez, em 1892, trabalhavam no Colégio Rio-Grandense os seguintes docentes: “Agostinho de Menezes Freitas, Apeles Porto Alegre, Diedrich Schröder, Marcos Avelino de Andrade, José Luiz Ferreira, Dr. José Gonçalves Viana, Ricardo Albertazzi, Dr. Francisco Sergio de Oliveira, Veríssimo da Roza e Arioaldo Pinheiro” (PROGRAMA DE ESTUDOS E REGULAMENTO DO COLÉGIO RIO-GRANDENSE, 1892, p. 2).

No Colégio Rio-Grandense, eram oferecidas disciplinas facultativas nos cursos de escrituração mercantil, desenho e música, etc. Cada matéria do curso facultativo era

18\$000 o trimestre (PROGRAMA DE ESTUDOS E REGULAMENTO DO COLÉGIO RIO-GRANDENSE, 1892). E por sua vez, o curso preparatório era dividido por cinco secções sendo a:

- 1ª Portuguez, latim, francez, arithmetica pratica, chorographia e história do Brazil.
 - 2ª Portuguez, latim, francez, inglez, arithmetica, teoria e geografia geral.
 - 3ª Latim, inglez, alemão, álgebra.
 - 4ª Alemão, historia geral, geometria e trigonometria rectilinea.
 - 5ª Sciencias physicas e naturaes
- (PROGRAMA DE ESTUDOS E REGULAMENTO DO COLÉGIO RIO-GRANDENSE, 1892, p. 4).

O colégio recebia tanto alunos internos como externos. Os alunos internos deveriam pagar uma quantia de 40\$000 reis, ao iniciar seus estudos, para custear objetos que eram utilizados na instituição, como: cama, travesseiro, etc. O pensionista, quando adoecia, seus custos eram pagos pela família. Nas férias, o pensionista poderia retornar para sua casa ou a de familiares.

O ano letivo iniciava no dia dez de janeiro e terminava no dia dez de dezembro, e o mês de férias deveria ser pago (PROGRAMA DE ESTUDOS E REGULAMENTO DO COLÉGIO RIO-GRANDENSE, 1892). No Programa de Estudos e Regulamento do colégio Rio-Grandense do ano de 1892, consta a descrição dos valores a serem pagos na instituição conforme o nível do aluno e a categoria:

- Interno primário 150\$000
- Interno secundário 180\$000
- Meio-pensionista primário 60\$000
- Meio-pensionista secundário 90\$000
- Externo primário de 1ª secção 18\$000
- Externo primário de 2ª secção 24\$000
- Externo primário de 3ª secção 30\$000
- Externo secundário de 1ª e 2ª secção 36\$000
- Externo secundário de 3ª e 4ª secção 54\$000
- Externo secundário de 5ª secção 72\$000 (PROGRAMA DE ESTUDOS E REGULAMENTO DO COLÉGIO RIO-GRANDENSE, 1892, p. 6).

Após uma descrição tão minuciosa dos valores por categorias, interno, meio-pensionista, externo e ainda por níveis primário e secundário, buscou-se por algo comparativo aos valores na intenção de entender se estes preços estavam de acordo com o mercado da época. Adiante disso, um anúncio do Colégio União, menos específico, ajuda a perceber a forma de cobrança do colégio: o pensionista pagaria 100\$000, o meio-pensionista,

60\$000 e o externo, 30\$000 (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 1866 *apud* ARRIADA, 2011, p. 104). Diferente do Colégio Rio-Grandense, o Colégio União possuía três categorias: pensionista, meio-pensionista e externo, e ministrava o ensino primário e secundarista.

O Colégio União, não apenas estampava vastos reclames, como entrava em minúcias sobre o funcionamento do Colégio, arrolando, por exemplo, o plano dos estudos para a instrução secundária:

O curso do ensino secundário é feito em quatro classes, sendo as matérias de ensino as seguintes:

IV Classe: português, francês, aritmética, geografia, física, história pátria, caligrafia;

III Classe: português, francês, inglês, aritmética, geografia política, história pátria;

II Classe: francês, inglês, latim (gramática e Cornélio), alemão, geografia, matemática, aritmética superior, álgebra, escrituração mercantil;

I Classe: francês, inglês (conversação e correspondência, etc.), latim (Salústio e Virgílio), alemão, história universal, geometria, trigonometria, retórica e filosofia.

Pensões ou mensalidades. Devem ser pagas adiantadas por trimestres:

Pensionista: 100\$000; Meio-pensionista: 60\$000; Externo: 30\$000 (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 1866 *apud* ARRIADA, 2011, p. 103).

Apesar de este anúncio do Colégio União somente mencionar o ensino secundário, encontrou-se outro do ano de 1880, publicado no jornal *A Imprensa*. Este menciona que as diretoras e professoras do primário são as professoras Isolina Baptista de Carvalho e Maria Adelaide de Carvalho e os professores do ensino secundário são os professores Apelles Porto Alegre e João Baptista de Carvalho Sobrinho. E, ainda, traz a localização do estabelecimento na Rua dos Andradas, n. 74. (Jornal *A Imprensa* 5/7/1881).

Encontrar os vestígios deixados pelos colégios existentes no século XIX e seus professores é uma tarefa de coleta minuciosa, unindo poucas informações para montar um mosaico, que nos permita visualizar essa dada realidade.

Por vezes, sabemos de alguns colégios por pequenas citações meio que involuntárias, como o caso do Colégio Porto Alegre, fundado em 1867 por Apolinário Porto Alegre (1844-1904) e seu irmão Achylles (1848-1926). Como mencionado anteriormente, Apolinário também fundou o Colégio Rio-Grandense, com Apelles e Vasco de Araujo, em 1870. Posteriormente, desliga-se desse educandário para criar outra instituição, o Instituto Brasileiro.

Instituição fundada no ano de 1876 por Apolinário, juntamente com Hilário Ribeiro, esse educandário, segundo Moreira (1989), funcionou durante dezesseis anos. Localizava-se um pouco afastado do centro da cidade de Porto Alegre, no Caminho do Meio, atualmente Av. Protásio Alves.

Em um anúncio do jornal *A Federação*, do ano de 1884, foi publicado o resultado dos exames constando o nome dos alunos relacionados pelos termos “aprovados, aprovado plenamente e aprovado com distinção” e as respectivas disciplinas e seus professores (PORTO ALEGRE, 1885, p. 4).

Nesta relação de disciplinas e professores, consta, no quadro de 1884, o Instituto Brasileiro, com os seguintes professores: Apolinário, como responsável por português, francês, geografia e retórica; Frederico Fitzgerald, por inglês; Dr. José Gonçalves Vianna, por latim e filosofia; o Capitão José Caetano de Faria, por Matemáticas, dividida em aritmética, álgebra e geometria e Apelles, por história (PORTO ALEGRE, 1885). Os alunos poderiam cursar o primário, preparatório e o facultativo e a modalidade era internato. O ano letivo de 1885 iniciou as aulas no dia quinze de janeiro.

Segundo Moreira (1989), o colégio estava alicerçado em três aspectos: físico, intelectual e moral. O que Achylles reforça no seu relato sobre o Instituto Brasileiro e o seu irmão Apolinário:

[...] o querido mestre, ouvido sempre com acatamento carinhoso, pelo grande número de discípulos que frequentavam o **Instituto**, lhes dava não somente a instrução, senão também a educação cívica, com abundância de saber e em estos de entusiasmo.

[...] Apolinário Porto Alegre fazia bizarro proselitismo, comemorando solenemente, no seu colégio, as data culminantes da revolução de 35 e das conquistas da grande revolução francesa.

[...] o erudito mestre sentia-se sempre à vontade entre os seus alunos [...] (PORTO ALEGRE, 1917, p. 229 grifos do autor).

Apolinário encerrou as atividades deste estabelecimento após o falecimento de sua esposa e de sua filha no ano de 1891, fato que o levou a um grande sofrimento e reclusa na Casa Branca, chácara onde morava (MOREIRA, 1989).

Além destes estabelecimentos exclusivamente masculinos, encontravam-se outros dedicados unicamente ao público feminino. O Colégio Harmonia ressaltava a qualidade das professoras, o seu excelente nível educacional, constituindo-se de fato numa “numerosa família”, que se empenha no “desenvolvimento progressivo de suas jovens educandas”, e complementava:

A diretora deste estabelecimento ao reinstalar o seu ano letivo, oferece aos respeitáveis pais de família o seu préstimo e serviços em qualquer dos ramos abaixo mencionados.

Primeiras letras, e gramática portuguesa; leitura, caligrafia, aritmética, doutrina, moral e civilidade cristã; trabalhos de agulha desde o ponto ordinário de costura, até bordados de relevo em matiz, e a ouro; francês, geografia, desenho, música e dança. Porto Alegre, 24.01.1856. A diretora, Rita Clara de Meneses Souto Maior. (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 1856 *apud* ARRIADA, 2011, p. 105).

Ao longo da pesquisa, observa-se que o número de colégios femininos era menor. A situação da educação secundária em Porto Alegre em 1873 era a seguinte: Colégios masculinos: **Colégio Gomes**, dirigido por Fernando Ferreira Gomes, situado na Rua Duque de Caxias; **Colégio Emulação**, dirigido por José Ribeiro de Andrade e Silva, Rua do General Silva Tavares n.º. 130; **Colégio Rio-Grandense**, dirigido por Apolinário Porto Alegre, Rua Duque de Caxias n.º. 196. Colégios femininos: **Colégio Minerva**, dirigido por D. Emília Gonçalves de Mesquita Ribeiro, Rua do General Silva Tavares n.º. 130; **Colégio Santa Catarina**, dirigido por D. Rita Cândida de Menezes Souto Maior, Rua dos Andradas n.º. 44; **Colégio Aplicação**, dirigido por D. Joaquina da Natividade Cotta, Rua do General Silva Tavares n.º. 212; **Colégio Santa Maria** dirigido por D. Amélia Alves da Cunha, Rua Duque de Caxias n.º. 194; **Colégio Santa Cecília**, dirigido por D. Amália Carolina Ribeiro, Rua da Varzinha; **Colégio Nossa Senhora das Neves**, dirigido por D. Ana Francisca das Neves, Rua do Riachuelo n.º. 331; **Colégio D. Maria Telscher**, dirigido pela titular, Rua do General Andrade Neves (AZEVEDO LIMA, 1873, p. 178, grifos nossos).

Além desses, o Relatório do Inspetor Geral arrola: o Colégio do Padre José de Noronha Nápoles Massa, com 12 alunos; o de Clemens Wallau, com 98 alunos; o de Sebastião Coutinho de Sant'Ana, com 35 alunos; e Guilherme Wellington, com 50 alunos. Em relação ao número de alunos, o Colégio Gomes contava com 95 alunos, o Colégio Rio-Grandense com 74 e o Colégio Emulação com 92 alunos (RIGIP, 1873, Quadro dos Colégios Particulares *apud* ARRIADA, 2011, p. 108).

Os dados publicados no Almanaque de Azevedo Lima (1873, p. 178) ainda arrolavam as aulas particulares, sexo masculino: Clemens Walau, Rua dos Andradas n.º. 485; Frederico Schultz, Rua do Senhor dos Passos; Henrique Staal, Rua do Senhor dos Passos; Honorato Folmann, Rua do Rosário; Arcediago Vicente Zeferino Dias Lopes, Rua Duque de Caxias n.º. 261. Sexo feminino: D. Joana Amália Engel, Rua do General Barão do Triunfo. Os professores particulares também se utilizavam de anúncios publicados em jornais do período, com a intenção explícita de divulgar o seu trabalho e garimpar mais alunos.

Carlos de Koseritz continua a dar lições particulares de alemão, francês, inglês, gramática da língua vernácula, aritmética comercial, escrituração mercantil, matemáticas, história e geografia, tanto em sua casa como em casas particulares.

Rua de Bragança n.17 esquina da Rua da Praia.

Preços: 12 lições mensais – 12\$000, 8 lições mensais -10\$000. Reunindo mais pessoas para a mesma lição haverá abatimento proporcional. (A ORDEM. Porto Alegre, 22.06.1865 *apud* ARRIADA, 2011, p. 107).

Os anúncios possibilitam uma certa compreensão das relações entre mestres e discípulos, como eram ministradas as aulas, como se caracterizava o espaço físico, o que era ensinado. Um relato prenhe de riquezas e detalhes da situação educacional no século XIX em Porto Alegre nos é proporcionado por Felicíssimo de Azevedo, antigo aluno de Antônio

Pereira Coruja. De uma maneira intimista, o autor nos convida a conhecer uma escola da época, no caso, a Escola de Antônio d'Ávila:

Penetremos na aula.

No vão, que fica entre a porta e a janela, está uma pequena mesa, um pouco afastada da parede para dar lugar a uma poltrona com assento de sola, onde se acomoda o professor. Por detrás do professor, pendente da parede, está uma cruz de madeira pintada de preto, que é como que o símbolo da escola. A esquerda da sala vêm-se três ordens de bancos à moda dos circos de cavalinhos ou de rinhas de galos (em anfiteatro), onde se sentam os meninos, sendo os maiores no primeiro banco e os outros nos bancos superiores, guardadas as gradações de adiantamento. À direita vê-se um grande banco, tomando quase todo o comprimento da sala, com altura suficiente para servir de escrivaninha, e a par dele outro da mesma extensão e com altura proporcionada a nele se assentarem os meninos quando escrevem. Por detrás da sala da aula, em um quarto, com uma janela para a área, há igualmente dois bancos e uma mesa. Forma esta peça uma outra aula de estudos secundários, latim e francês, cujos alunos são em número de três ou quatro. (AZEVEDO, 1884, p. 157-158).

Sutilmente, nossa caminhada pelos meandros da escola continua. Agora, temos a descrição do método de ensino: a cada aluno é distribuído um pedaço de papelão, onde consta o abecedário. Do mesmo modo, sobre pedaços de papelão, são distribuídas, aos meninos, cartas de nomes, em letra de mão. Quando dominam toda a escala das cartas, passam à leitura da doutrina cristã. Azevedo (1884, p. 158) deixa bem claro que “a doutrina cristã forma a base da instrução”.

Assim, de etapa em etapa, vão galgando a escada do saber, da doutrina cristã, passam a ler trechos do Velho e Novo Testamento, bem como sentenças dos tribunais judiciários. Somente após toda essa formação, estão aptos a receberem a ambicionada “Cartilha do Padre Ignácio”, texto não mais manuscrito, mas sim impresso. Embora a aula abrisse às sete horas e meia, o professor só chegava às oito. Ao entrar no recinto, todos tinham que levantar-se e saudar o mestre com “Bons dias”.

Depois de sentar em sua cadeira, “com a gravidade de um soberano”, com um sinal indicativo, permite então aos alunos sentarem-se (AZEVEDO, 1884, p. 160). Descrevendo em detalhes o cotidiano do espaço da sala de aula, essa tem início “pela leitura, que é cantada”. A aula é dividida em quatro decúrias, tendo cada uma um discípulo mais adiantado para auxiliar os outros. Existe, ainda, um decurião-mor, que tem uma “autoridade absoluta” sobre toda a classe e que substitui o professor em caso de emergência. Acompanhando o progresso educativo dos alunos, percebe-se que o fim almejado por parte deles é atingir o ensino médio. Cursar o primário é uma decorrência natural da exigência para dominar os códigos do “bom saber”. O primário funciona para a elite como trampolim de acesso ao secundário.

Durante um bom período, não existiu, na estrutura do ensino, uma separação tão nítida e perceptível entre os dois níveis, mormente em relação ao currículo. Podemos observar essa assertiva no relatório do Diretor do Liceu D. Afonso, Vicente Zeferino Dias Lopes:

A Instrução secundária na Província era dada em aulas criadas em diversas localidades, conjuntamente com a primária sob a denominação de instrução pública, até que a Lei Provincial n. 47 de 13 de maio de 1846, determinou que as aulas de Francês, Geometria, Latim e Filosofia, ficassem pertencendo à classe de instrução secundária [...]; e a de n. 52 de 23 de Maio do mesmo ano, mandou reunir em uma só casa aquelas referidas aulas e mais as de História, Astronomia, Inglês, Desenho, Taquigrafia e Música, novamente criadas [...]. Separada deste modo à instrução secundária da primária, o artigo 1º da Lei Provincial n. 52 de 23 de Maio de 1846 criou o Liceu D. Afonso. (RELATÓRIO DA DIRETORIA DO LYCEO, 1870, p. 8).

Conseguindo concluir todas as etapas do ensino de primeiras letras, ou seja, tendo o domínio do ler, escrever e contar, conhecendo a doutrina cristã, estava-se apto a atingir o que, para muitos, era o fim de uma relação permeada de castigos, submissões, aviltamentos. Agora, eram alunos do ensino médio, algo sonhado e acalentado por muitos, mas acessível a poucos.

Outro detalhe importante é a descrição feita de uma aula de ensino médio, de acordo com o memorialista, nesse novo espaço, a natureza do professor se transforma:

Visitemos agora a sua aula de latim e francês. A saída do último discípulo da escola primária, às onze horas da manhã, aparece o professor no quarto, que já descrevemos, dando aos alunos uns – Bons dias, senhores; feito o que toma lugar na cabeceira da mesa, ficando os discípulos assentados no banco em frente à mesma. É chamado cada um por sua vez. Depois da lição da artinha⁵ (de cor) faz ele diversas perguntas de gramática que o discípulo vai respondendo entre o temor e a esperança de acertar. O professor principia mansamente a sua explicação procurando fazer-se bem compreendido; mas se o discípulo, baldo de inteligência fácil, não compreende logo a explicação dada, começa o professor sem demora a inflamar-se, gritando loucamente e acabando as mais das vezes pela aplicação de alguns bolos.

Amansa-burros além do francês, em que não era forte, conhecia bem a língua latina estando bastante familiarizado com os clássicos. Traduzia mimosamente os poetas latinos como Virgílio, Horácio, Ovídio, etc. Teve o prazer de apresentar excelentes discípulos em latinidade que traduziam facilmente os melhores livros clássicos. O seu curso de latim era feito em cinco anos. (AZEVEDO, 1884, p. 162).

⁵ Refere-se ao livro de Antonio Pereira, “Novo Método da Gramática Latina” conhecida como “artinha”.

Por sua vez, Pereira Coruja legou-nos uma descrição minuciosa da aula de latim do Padre Tomé Luiz de Sousa, a qual podia dividir-se em três sessões: a primeira, preparatória; a segunda, disciplinar; e a terceira, a aula.

Quanto à primeira, ou seja, a preparatória, Coruja (1996, p. 85) esclarece: nessa sessão, uns estudavam, outros combinavam as lições, outros colavam, outros falavam da vida alheia e da própria, outros, ainda, jogavam o “jogo das pedras”, ou atiravam pedras “lomba abaixo”, ou ainda atiravam pedras nos “discípulos do Amansa”. Na segunda sessão, a disciplinar, relata:

Um quarto de hora antes da designada para as lições, o padre mestre abria a porta da sala; e esta era de toda a simplicidade, contendo só o essencialmente necessário: bancos de encosto, cadeira junto à parede entre as duas janelas, para assento do padre mestre, e defronte desta uma pequena mesa com gaveta em que se guardavam as seletas e o tinteiro; e nas paredes até certo tempo cinco grandes mapas geográficos pendentes [...]. Aberta a porta da aula, começavam a entrar os estudantes ou sós ou em grupos de dois, três, ou mais. [...] Havia também um Cabo-Regente [...] que não consentia barulho nem controvérsias. Às vezes fazia exercícios militares; por exemplo: - Tudo de joelhos; e todos se ajoelhavam; Dedo para o ar; e todos levantavam o dedo; Levantar, e todos se levantavam; Assentar, e todos se assentavam; Estudar, e todos estudavam ou fingiam estudar; e aí daquele que não obedecesse à voz; uma varinha de marmeleiro ou junco o fazia obedecer (CORUJA, 1996, p. 86).

Por fim, a terceira sessão, isto é, a aula de latim propriamente dita: “lições de cor, argumentos denominativos e linguagens, lições de tradução, argumentos de atrasados, temas duas vezes por semana, e de seis em seis meses algumas palmatoadas em número ímpar de 1, 3 e 5”. Ao término das aulas, uns iam para casa, outros iam lavar-se no riacho, outros às pitangas (no tempo delas, segundo o memorialista), e outros, finalmente, iam comprar e comer na venda do Manoel Biribiri (CORUJA, 1996, p. 87-88).

Estes relatos de como eram as aulas, das etapas vividas em sala, o aprendizado e a disciplina, perdem-se no tempo. Os relatos memorialistas são ferramentas importantes para que possamos entender o funcionamento dos estabelecimentos educacionais, sejam eles colégios ou aulas avulsas. A preservação da história educacional ao longo dos anos se perde e, muito mais do que a visão dos professores, o que encontramos são as memórias dos alunos. E, com isso, parte desta história pode ser contada.

Considerações finais

A História da Educação tem uma tendência histórica de descartes do material utilizado em colégios, assim como os utilizados pelos professores e alunos ao longo da vida acadêmica e profissional. Desta forma, a escrita da História e os vestígios deixados são materiais raros de serem encontrados, mais acentuados quando se trata do século XIX.

As aulas avulsas e os colégios existentes na Província de São Pedro foram diversos. Neste estudo, buscou-se apresentar alguns dos mais significativos, realizando um levantamento em documentos oficiais, em jornais e relatos de memorialistas com a intenção de unir, de forma sistemática as nuances da educação, sejam as disciplinas, as formas e métodos de ensino, os valores cobrados pelos estabelecimentos, entre outros pormenores.

Alicerçados no suporte teórico foi possível apontar certos rigores e controle exercido sobre os jovens estudantes. Todos os gestos, atitudes, comportamentos, estavam sujeitos ao controle e vigilância. Disciplinando, impondo, incutindo determinados princípios e valores, estavam formando as elites condutoras do país.

As elites no século XIX, além da formação clássica humanística, tinham um projeto de cultura voltado para o estudo das artes, destacando-se a Música. Estudar piano, canto, violino fazia parte dessa formação. Era comum, na época, o oferecimento dos serviços por parte dos professores. Diversos professores ofereciam seus préstimos, como, por exemplo: Clemens Walau, Vicente Zeferino Dias Lopes, Ângelo Francisco Ther e João Nicolau Reutter.

Enquanto instituições escolares, os colégios no século XIX tinham a sua estrutura alicerçada nas humanidades clássicas, onde o ensino do latim era fundamental. Essas instituições visavam a preparar os jovens estudantes para o ingresso nas academias do Império.

Desta forma, que a Educação se desenvolvendo na Província de São Pedro, inicialmente com as aulas avulsas e, então, na formação de colégios de ensino primário e posteriormente, secundário. Além, das aulas particulares e vendas de lições que mesmo com o crescimento de alguns colégios, os professores continuavam praticando. Com este estudo observamos que alguns professores do século XIX desempenhava diversas funções relacionadas a educação e além dela, como no caso dos internatos.

Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **A criança e a vida familiar no Antigo Regime**. Lisboa: Relógio d'água, 1988.

ARRIADA, Eduardo. **A Educação Secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: a desoficialização do ensino público. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

AZEVEDO, Felicíssimo M. de. A primeira escola de Porto Alegre [155-162]. In: **Anuário da Província do Rio Grande do Sul para 1885**. Porto Alegre: Gundlach, 1884.

AZEVEDO LIMA, Antonio de. **Almanak administrativo, comercial e industrial Rio-Grandense para 1874**. Ano II. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1873.

CAMPOS, Maria do Carmo Alves de; D'Azevedo, Martha Geralda Alves. **Protásio Alves e o seu tempo (1859-1933)**. Porto Alegre: Já Editores; Copesul, 2006.

- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- CHERVEL, André. Quando surgiu o ensino “secundário”? In: **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, V. 18, nº 1, jan/jun, 1992.
- CORUJA, Antônio Alves Pereira. **Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre**. 2º ed. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1996. (Org. e notas de Sérgio da Costa Franco).
- DAUDT FILHO, João. **Memórias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938.
- DOCCA, Souza. **História do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.
- DURKHEIM, Emile. **A Evolução Pedagógica na França**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1952.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 2ª ed. ampl. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.
- Imprensa [A]**. Anúncio do Colégio União, Porto Alegre, 12 jul. 1881. Anúncios, p. 3. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.
- KRAEMER NETO. **Nos tempos da velha escola...** Porto Alegre: Editora Sulina, 1969.
- LUC, Jean-Noël. Ensino Médio [Verbete]. In: ZANTEN, Agnès van (Coordenadora). **Dicionário de Educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- MANACORDA, MARIO. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 6ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- MAXIMILIANO, Carlos. O professor Fernando Ferreira Gomes. In: **Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para 1898**. Porto Alegre: Gundlach & Cª, 1897, p.193-201 [com foto].
- MAYEUR, Françoise. De la Révolution à l'École républicaine. Tome III. In: **Histoire Générale de L'Enseignement et de L'Éducation en France, publié sous la direction de Louis-Henri Parias**. Paris: Nouvelle Librairie de France, 1981.
- MOREIRA, Maria Eunice. **Apolinário Porto Alegre**. Porto Alegre: IEL, 1989.
- PETITAT, André. **Produção da Escola/Produção da Sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PICCOLO, Helga Landgraf (Org.). **Coletânea de discursos parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. 2 vols. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado, 1998.

PORTO ALEGRE, Apolinário. Instituto Brasileiro. **A Federação**, Porto Alegre, 1 jan. 1885, p. 4. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&Pesq=apelles&pagfis>
Acessado em: 26-08-2020.

PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. 2º ed. Porto Alegre: Livraria. Selbach, 1917.

_____ **Paisagens Mortas (Reminiscências)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922.

PROGRAMMA DOS ESTUDOS E REGULAMENTOS DO COLÉGIO RIO-GRANDENSE. Apelles Porto Alegre. Porto Alegre: Typographia da Agencia Litteraria, 1892.

Relatório apresentado a Assembléia Provincial na 2ª Sessão da 8ª Legislatura pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1859.

Relatório da Inspeção Geral da Instrução Pública. Luiz da Silva Flores (Inspetor geral Interino). Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1859. [Anexo ao RPP, 1859].

Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Francisco de Assis Pereira Rocha. 1ª Sessão da 10ª Legislatura Porto Alegre: Typ. do Jornal A Ordem, 1862.

Relatório da Inspeção Geral da Instrução Pública. Francisco de Paula Soares (Inspetor geral Interino). Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1866. [Anexo ao RPP, 1866].

Relatório da Diretoria do Lyceo D. Afonso. Vicente Zeferino Dias Lopes. Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1870. [Anexo ao RPP, 1870].

RIBEIRO, Celia. **Fernando Gomes um mestre no século XIX**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

TAMBARA, Elomar e ARRIADA, Eduardo (Org.). **Coletânea de Leis sobre o ensino primário e secundário no período imperial brasileiro. Lei de 1827. Reforma Couto Ferraz de 1854. Reforma Leôncio de Carvalho de 1879**. Pelotas: Seiva, 2005.

TORELLY, Tilly Pinto; CARVALHO, Adel (org.). **Á memória do professor Apeles Porto-Alegre**: Homenagem promovida por seus admiradores e antigos alunos. Porto Alegre, 1944.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URÍA, Fernando. A maquinaria escolar. In: **Teoria e Educação**. (Dossiê: História da Educação). Porto Alegre: Pannonica Editora, 6, 1992.

VERÍSSMO, José. A Instrução e a Imprensa (1500-1900). In: **O Livro do Centenário**. Volume 1º. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 05-71.